

Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade

Teresa Veiga

UM CAMPO IMENSO E FLUÍDO, MAS RICO EM POTENCIALIDADES, envolve as questões ligadas ao quotidiano, não apenas no que respeita aos comportamentos perante a vida e a morte, mas no modo como estes aspectos influenciaram cada ser, enquanto indivíduo, membro de uma família, vizinho e cidadão. Estes papéis foram desempenhados em simultâneo, num pano de fundo que coincidia com o local de residência.

Lisboa foi a grande cidade, o grande porto, a capital político-administrativa. Homens de letras, pintores e retratistas testemunharam ao longo dos séculos as características da urbe. Nesses testemunhos transparecem os pormenores de quotidiano, as formas de ocupação e utilização do espaço, as gentes. Ficamos a saber como a circulação era difícil a certas horas nas ruas de maior movimento, vemos na Ribeira e no Terreiro as vendedeiras, vislumbramos indivíduos de raças e dialectos múltiplos, ouvimos os cantares nas tabernas e os jogos de rua. Mas também olhamos os mendigos e os vagabundos, os becos estreitos e tortuosos e as casas pobres, onde a vida era precária e onde se nascia e morria muito depressa e sobretudo muito cedo.

As características do espaço urbano

As características diferenciadas da urbe, a nível físico e humano, são os aspectos mais evidenciados. Construída em várias colinas, a cidade cresceu ao ritmo do aumento dos tratos ultramarinos e das vicissitudes políticas. O porto internacional e o volume crescente dos réditos alfandegários determinaram a emergência dos centros funcionais do Terreiro e da Ribeira, unidos pelo eixo aberto com a Rua Nova. Aí se situavam os organismos ligados ao Império e residiam os mais abastados. O Rossio era o segundo pólo dinâmico, através do qual se fazia a ligação ao termo, na confluência das vias de acesso e abastecimento da capital de produtos básicos alimentares. Criados no reinado de D. Manuel, a

Torre e Mosteiro dos Jerónimos, e o Convento da Madre de Deus simbolizaram durante séculos o limite da capital. Mas o coração urbano batia na Ribeira, onde se fixara parte significativa dos mercados, tabernas, casas de comida e hospedarias, embora se fossem estreitando os laços com as freguesias do termo, à medida que aumentava o número de residentes. O visitante espantava-se com os bandos de lavadeiras, que tinham o hábito de parar debaixo do Aqueduto, as vendedeiras que exibiam nos locais de maior afluxo as mesas de doces e fruta da estação, as idosas que nos meses frios assavam castanhas junto aos passeios. Em pequenas lojas de tenda aberta fritavam-se sardinhas e bacalhau, vendia-se vinho e água.

Às características fixadas pelo tipo de utilização do espaço correspondia uma vivência específica, que pressupunha distintas actividades económicas e profissionais, bem como formas particulares de associação e quotidiano e que se manterá até ao século XX. Os detentores das profissões mais dignas e rendosas procuravam residir junto à Ribeira, e dentro dela nas artérias amplas e elegantes. Também próximas da margem do rio, embora em ruas mais estreitas e escuras, ficavam as famílias de oficiais régios e de pequenos e médios mercadores e artesãos. À medida que aumentava a distância do centro ribeirinho piorava a qualidade das ruas, e os que habitavam as freguesias periféricas possuíam habitações muito modestas.¹

Lisboa impressionava os visitantes pela grande concentração do casario e a imponentia de algumas construções, designadamente os edifícios da administração ultramarina, certos mosteiros e conventos, alguns palácios. Existiam ruas nas quais os residentes não se conheciam.² Entre o início do século XVI e 1755, a população urbana mais que triplicou, embora esse processo fosse diverso nas várias zonas da cidade.³ O aumento populacional levou ao preenchi-

mento dos espaços ainda vazios, alargando-se a área de elevadas densidades de povoamento.⁴

No *Ritrato et Rivero del Regno di Portogallo*, datado do último quartel de quinhentos, pode ler-se que Lisboa, «tirando Paris, é aquela que, na Cristandade, tem maior população, [e um] clima muito doce e temperado [...], o sítio é belo e irregular, nem todo plano, nem todo acidentado, ornado de muitos templôs devotos e ricos, alguns deles de razoável beleza, onde se efectuam serviços divinos com grande solenidade. Há muitas residências de particulares belas e cómodas. As saídas da cidade são agradáveis, por que algumas gozam a vista do rio e da terra juntamente e outras da terra somente. [Mas] a cidade não é muito agradável, antes tristonha, porque as ruas não são largas nem direitas, nem limpas, e as casas geralmente de pouca aparência de arquitectura.»⁵ Estas afirmações serão válidas durante séculos, uma vez que a urbe irá crescer sem plano urbanístico e na exacta medida das necessidades imediatas. Mesmo quando se demoliram casas para permitir o alargamento das vias e facilitar o trânsito de gentes e bens, elas continuaram irregulares. As autoridades camarárias também não conseguiam impedir a queda das muitas habitações degradadas que pontilhavam o centro funcional da urbe, ou manter limpas as vias de circulação interna.⁶

Lisboa distinguia-se por uma luminosidade única, devida ao sol resplandecente que dourava as suas colinas. Porém, à medida que o viajante se aproximava da capital e nela entrava, desfazia-se a visão resplandecente que emanava da margem esquerda do Tejo, substituída pelo cheiro das valetas, a poeira levantada nas ruas de terra batida, os encontros das gentes apressadas e os engarrafamentos a certas horas, nas vias demasiado tortuosas e estreitas.⁷ Só em finais de setecentos, já adiantadas as obras de reconstrução na parte central destruída pelo terramoto, a cidade mostrou sinais inequívocos de opulência

e desenvolvimento. Quando as gentes de maiores posses retornaram aos seus antigos locais de residência, os arruamentos salpicados de espaços vazios e destroços foram sendo ocupados por algumas casas grandes e luxuosas. A situação parecia melhorar, embora alguns problemas continuassem sem solução. Lisboa já não desgostava os visitantes pela sua sujidade, mas continuavam a faltar infra-estruturas básicas, que reduziam a qualidade de vida dos habitantes.⁸

Os testemunhos coevos permitem-nos acompanhar a vitalidade citadina, descendo aos pormenores do seu quotidiano. Lisboa vivia na rua. Quem a ela chegava ficava aturdido pelo barulho e o caos aparente. O ranger das rodas, o barulho dos cascos de animais, o confuso cruzar de gentes de múltiplas cores, raças e dialectos,

os cheiros a pão cozido, a sardinhas assadas e a castanhas. Tal como o barulho dos pregões, saídos da boca dos vendedores ambulantes, o bater dos martelos nas bigornas, nas quilhas dos barcos ou nos eixos dos carros, o ranger dos escopros dos pedreiros, o bulício constante no cais e nas embarcações que a ele aportavam, vindas dos quatro cantos do Mundo.⁹

Quem nela pernoitava surpreendia-se com os soluços das guitarras, os cantares nas tabernas, os jogos de rua, os uivos das matilhas de cães e os gritos humanos que varriam a escuridão. Esse era o reverso do quotidiano vivido na grande cidade. Durante séculos as autoridades tentaram sem sucesso resolver alguns graves problemas sociais, como o do crescente número de mendigos e vagabundos que nela deambulavam. Foram



Compra papel? Gravura atribuída a Manuel da Silva Godinho, 1826. Biblioteca Nacional de Lisboa

Lisboa - Costumes Portugueses. Amolador in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

igualmente infrutíferas as tentativas ensaiadas para combater a sujidade das ruas, bem como o cheiro decorrente dos despejos efectuados ao ar livre, aspectos que agravavam a precariedade das condições sanitárias em que vivia o grosso da população, acantonada nos pisos superiores dos edifícios e nos bairros de feição popular, principais vítimas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio.

Este aspecto ganha acuidade em espaços abertos e vulneráveis como as cidades, também porque, numa época em que a informação era escassa e feita sobretudo por via oral, a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que viviam os indivíduos, e geradora de notícias ou boatos invulgares. Nesse sentido, as crises de mortalidade ocorridas em Lisboa¹⁰ e outros acidentes naturais, como os terremotos de 1531 e 1755, constituíam exemplos ideais, ao alterarem a ordem e fomentarem comportamentos colectivos extremados.

As dificuldades da vida quotidiana

Existe assim, no que respeita às dificuldades de viver na capital, um quadro geral sempre presente e nunca resolvido, embora desde cedo diagnosticado. Dele cumpre destacar alguns aspectos, nomeadamente as questões da insegurança, as dificuldades de circulação, a falta de rede de esgotos e de abastecimento de água ou uma política de urbanização, que obviasse as condições em que tentavam sobreviver os mais humildes.

Lisboa era uma cidade violenta, como testemunha já no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito «dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino».¹¹ Não se trata, porém, de uma especificidade urbana nem mesmo nacional. Ninguém saía de casa sem arma, mas andar pelas ruas à noite era perigoso, como se infere do facto de todas as manhãs se recolherem das ruas indivi-

duos assassinados com facas, espadas ou à pedrada.¹² Os séculos passaram, mas pouco se alterou. Giuseppe Baretti, de visita à nossa capital pouco depois do terramoto de 1755, dá-nos conta do sentimento de impotência que a este propósito experimentara. «Desde que escurece torna-se extremamente perigoso sair de casa só e desarmado, porque é quase certo ser-se assaltado e roubado. As rondas evitam os malfeitores em vez de os perseguirem, e não há ninguém que se prontifique a ajudar o desgraçado que é atacado... A polícia não faz nada. A única solução é o processo. Porém, depois de anos de despesas e de papelada sem nenhum resultado, vem a desistência.»¹³

À medida que a cidade aumenta em termos populacionais e de superfície, ela torna-se mais perigosa. Cientes da situação, as autoridades criaram uma força militar destinada a manter a ordem, a qual, ao que tudo indica, não teve resultados palpáveis.¹⁴ Efectuavam-se rondas nocturnas, mas os agentes policiais estavam proibidos de usar armas, o que restringia, se não mesmo anulava, qualquer efeito decorrente da sua existência. No início de oitocentos, o corpo de segurança era composto por mais de seiscentos homens de infantaria e duzentos de cavalaria, que patrulhavam todos os bairros. Existiam também guardas-nocturnos, mas a regularidade do seu percurso permitia aos larápios coordenarem as acções.¹⁵ Por este facto, o movimento nas ruas, intenso ao longo do dia, tornava-se quase nulo ao entardecer. Todos regressavam a casa e os jardins públicos eram encerrados.¹⁶

A inoperância do policiamento e a falta de iluminação pública eram também tidos como factores de instabilidade. Ao contrário de muitas outras cidades europeias, no final do século XVIII Lisboa não dispunha de qualquer sistema que garantisse a iluminação das ruas. Só a luz de dentro das casas e as lâmpadas que ardiam diante das imagens dos santos davam alguma claridade.

Pina Manique lançou um imposto para financiar esse projecto e em 1791 foram compradas e colocadas lanternas por toda a capital. Lisboa ficou iluminada durante os dois invernos seguintes, mas em 1793 as lanternas que ainda não haviam sido partidas foram retiradas e nunca mais funcionaram, embora o imposto continuasse a ser pago. Até ao início de oitocentos, quem saía à noite levava consigo lanternas ou archotes e só Rodrigo de Sousa Coutinho irá tentar solucionar o problema.¹⁷

O mau estado das ruas, agravado pelo facto de muitas delas serem extremamente inclinadas, tortuosas e estreitas, constituía outra questão urbana. Desde muito cedo, as vias demonstraram ser inadequadas à intensidade da circulação de pessoas e animais. A irregularidade do solo e a morosidade no processo de calcetamento tornavam penosa qualquer deslocação, fosse a pé, a cavalo ou por qualquer meio de transporte, excepto nas zonas mais nobres, como a Baixa Pombalina, ou nas mais afastadas do centro funcional. Talvez para se adaptar às condições físicas, o lisboeta considerava de mau tom andar apeado, o que justifica o ditado de que só se encontravam nas ruas, a pé, ingleses, cães e gente de baixa condição.¹⁸ «As senhoras de elevada condição não passeiam a pé nas ruas e os fidalgos, se alguns se mostram uma vez por outra caminhando na cidade, trazem sempre a carruagem a acompanhá-los, o mais rente possível às casas, para evitar enterrar os cavalos no lamaçal.»¹⁹ O meio de transporte humano mais utilizado era a cadeira de dois lugares, embora fosse estreita e desconfortável, quente no Verão, fria e húmida no Inverno.²⁰ O abastecimento de mercadorias era feito em carros de bois, podendo os produtos mais leves serem trazidos no dorso de mulas. Utilizavam-se também barças, que subiam e desciam o Tejo e faziam a ligação entre as duas margens, trazendo também pessoas. Aliás, juntamente com as diligências, o trans-



porte fluvial era um dos meios mais usuais de viajar, contornando os incómodos causados pelo genérico mau estado das estradas nacionais.²¹

Outro aspecto diferencial de quotidiano decorria da inexistência de uma rede capaz de garantir o regular abastecimento de água e o escoamento dos lixos da cidade, situação agravada pela crónica falta de hábitos de higiene. A água era um bem caro e escasso, sobretudo nos meses estivais. Raras eram as casas que possuíam fontanários particulares, pelo que esse bem precioso era distribuído e vendido ao domicílio, a preços elevados. Aos galegos cabia por tradição esse transporte.²²

Nas ruas, que nunca ou raramente eram varridas, despejava-se todo o tipo de imundícies, embora os proprietários urbanos pagassem uma contribuição para a limpeza das mesmas. O lixo era junto em montinhos por empregados camarários, mas ficava sem ser recolhido, pelo que se voltava a espalhar. Quando chovia, a inclinação da maior parte das ruas provocava autênticos dilúvios, e só então o lixo era arrastado para o rio e os pavimentos ficavam limpos. Verdadeiras torren-

Lisboa – Costumes Portuguezes. Carro de Limpeza in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

tes inundavam a parte baixa da cidade e as vias transformavam-se em lamaçais. As carruagens atolavam-se e dificilmente era possível circular.²³

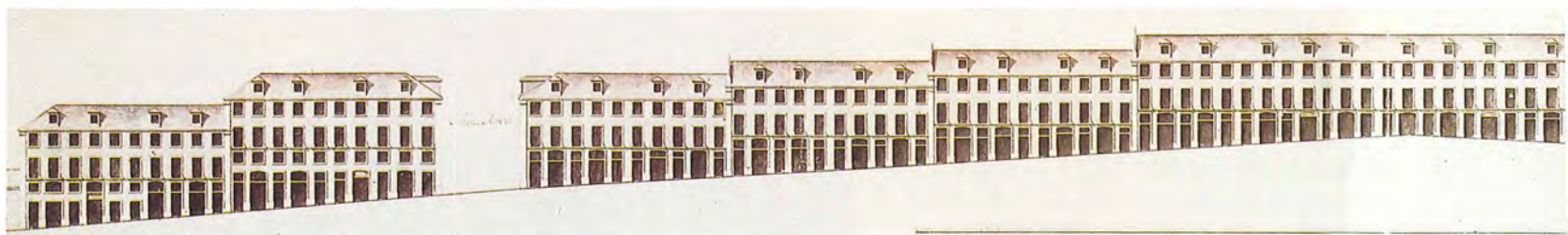
As casas eram tão altas «que tapavam o céu» e nelas nunca entrava o sol, o que as tornava extremamente doentias e contribuía para a precariedade da vida. Comentava-se, no entanto, o carácter relativamente benigno dos surtos epidémicos que, embora constantes, raramente provocavam muitas vítimas. Na capital do Reino e do Império abundavam os agentes e focos de doença, com destaque para o mercado público e o matadouro. Igualmente insalubres acabavam por ser todas as ruas próximas do rio, para onde se atirava parte dos dejectos urbanos. Na segunda metade de setecentos ainda só a Baixa possuía rede de esgotos, pelo que o lixo nas restantes zonas era transportado por mulheres negras, em grandes e longos vasos de barro, sendo o despejo feito na zona ribeirinha ou na Boavista, onde existia um local destinado para o efeito.²⁴ A prestação deste serviço não evitava os despejos na rua, para onde eram também lançados cães, gatos, burros e mesmo cavalos doentes e mortos. No início do século XVIII, as queixas contra o costume do *água-vai* eram ainda frequentes, e o poder local continuava a ser incapaz de erradicar esse hábito, apesar das multas aplicáveis. Durante a noite, e até de dia, toda a espécie de imundícies era atirada para as ruas, «que seriam ainda mais sujas do que são, se tudo quanto se pode comer não fosse devorado prontamente por milhares de cães vadios».²⁵

Tipologias de construção e densidade habitacional

Na urbe, a qualidade da construção era globalmente má, embora variasse de acordo com o local. As suas características modificavam-se também à medida que deixávamos o Centro. Os edifícios urbanos comuns possuíam fachadas simples e pouco decoradas e só algumas paredes exteriores eram enfeitadas com azulejos. As janelas, rentes ao solo, estavam protegidas com grades, mas nem todas tinham vidraças, sendo mais comum o uso de gelosias e ripinhas.²⁶ A reconstrução de Lisboa, na sequência dos estragos feitos pelo terramoto, aumentou a diversidade interna, reflectida no contraste entre os bairros novos e os poupados pela catástrofe. As casas novas e altas dispunham-se em quarteirões separados por ruas largas e direitas e cada edifício era provido de andares cómodos, com vidros nas janelas e, em certos casos, varandas. Nas ruas secundárias era notório o mau aspecto dos edifícios, bem como a qualidade de construção e dos acabamentos. No entanto, a vida nessas zonas era, apesar de tudo, melhor que nos bairros antigos. Aí o sol dificilmente entrava, grades exteriores de madeira faziam as vezes de vidraças, e a má qualidade dos materiais utilizados para construir tectos e paredes não protegia os ocupantes das variações atmosféricas.

Mesmo nas principais casas e palácios predominavam os interiores sombrios e os cómodos eram mal distribuídos, não acompanhando os avanços europeus em termos de arquitectura e

Fachada Pombalina, in *Cartulário Pombalino*.
Arquivo Municipal de Lisboa



decoração de interiores.²⁷ A simplicidade das habitações aumentava à medida que descia o nível económico dos ocupantes, apesar dos avanços efectuados na segunda metade do século XVIII. A especialização das várias divisões foi conseguida nos grupos sociais médios e superiores, embora o desmembramento de quartos para outros fins, que não o de dormir e o de estar, continuasse a ser raro na maioria das habitações, onde cada divisão continuou a desempenhar vários papéis, quando não acontecia que toda a casa fosse apenas um espaço amplo.²⁸

A cidade modificou-se. À medida que passavam os séculos crescia o casario, diminuía os espaços verdes, aumentavam até valores impen-sáveis as densidades de povoamento nos bairros populares de Alfama, Mouraria e Bairro Alto. Na realidade, outra especificidade urbana prendia-se com construção em altura. No século XVII já quase todos os edifícios do centro da cidade possuíam três ou mais andares. À medida que o número de residentes subia, aumentava o número médio de pisos, embora não ao mesmo ritmo. O acréscimo especulativo das rendas levou à publicação de diversos alvarás, que estipulavam os limites máximos dos arrendamentos.²⁹ Nos séculos XVIII e sobretudo XIX, o aumento da intensidade dos fluxos migratórios com destino a Lisboa piorou o desequilíbrio entre oferta e procura. Nas zonas pobres, um maior número de pessoas foi obrigada a partilhar o mesmo espaço. O aluguer de quartos irá resolver parte dessa escassez de alojamento, mas também indicia a precariedade das condições de vida de certos grupos.

O quotidiano de Lisboa permaneceu junto ao rio, onde se encontravam as casas de comércio, as hospedarias e albergues, as casas de comida, os hospitais e as instituições do poder local e régio e onde se albergava uma população flutuante imensa. Este aspecto lembra outra especificidade da capital, ligada à forte mobilidade das gentes que nela viveram ou a ela foram

atraídas. A intensidade do fenómeno migratório sofreu flutuações regulares e envolveu grupos etários e socioprofissionais diversos, viajantes, homens de negócios, religiosos, militares, sem esquecer os escravos.

Fluxos migratórios e grupos sociais

Os estrangeiros radicados em Portugal elegeram Lisboa como destino preferencial, alargando-se com o passar dos anos o quadro social das comunidades estrangeiras aí estantes. Na capital residiam os diplomatas, os representantes comerciais, os mercadores de grosso trato, gente ligada à banca e ao ensino. A implantação de certas artes mais especializadas, como a tipografia, ourivesaria e relojoaria, exigiu numa



Costumes de Portugal. Aguadeiro, in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

Lisboa – Costumes Portugueses. Vendedor de Hortalça in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos



Lisboa – Costumes Portugueses. Vendedor de Azeite in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos



primeira fase a vinda dessa mão-de-obra, a maioria da qual se fixou em Lisboa. Italianos, alemães, flamengos e cada vez mais ingleses.³⁰ Haverá que aguardar por séculos mais próximos para se assistir à vinda de imigrantes estrangeiros de fracos recursos, de que o exemplo mais evidente foi o grupo galego. No século XIX, estes últimos representavam cerca de dois terços da comunidade estrangeira em Lisboa, seguidos de longe por brasileiros, franceses e ingleses. Estes indivíduos robustos, sóbrios e poupados, executavam todo o tipo de tarefas. Eram mais conhecidos como vendedores de água, que transportavam em barris de madeira pintada, às costas ou pendurados de um pau de dois ganchos, mas também se empregavam como moços de fretes, auxiliares em lojas e armazéns, criados em casas

particulares, hospedarias, casas de pasto e tabernas.³¹ Alguns eram cocheiros, outros varredores de ruas. A sua presença tornou-se indispensável ao dia-a-dia da grande cidade e davam um exemplo de sucesso, por muito depressa juntarem o pecúlio necessário para se estabelecerem por conta própria.³²

Não obstante, nenhum destes últimos teve expressão comparável à daqueles que formaram a corrente migratória nacional, que desde sempre alimentou o crescimento urbano. Lisboa atraiu indivíduos de todo o Reino, do Norte, sobretudo do Minho, da Beira Interior, mas também alentejanos e algarvios. Uma imensa massa anónima, que desempenhava funções diversas, pouco ou nada qualificadas. O número de não naturais era muito elevado nos bairros populares. Em Alfama



e na Mouraria correspondiam a cerca de dois terços do total, e o mesmo acontecia em zonas mais afastadas do Centro, em Alcântara, Santa Isabel, Beato e Olivais. Nessas zonas era inferior o aluguer das habitações, mais conforme com os fracos recursos da maioria.

Os que continuamente chegavam à grande cidade não esqueciam a sua origem, embora acabassem por adoptar novas formas de estar e de parecer. A velocidade dessa assimilação dependia da intensidade de contactos que cada migrante conseguia estabelecer com outros conterrâneos. Aos desenraizados era facilitada a tarefa. Lisboa aparecia pontilhada de grupos que tinham em comum a pertença a certa aldeia ou região. *Gente da terra*, com a qual o laço de vizi-

nhança e um parentesco, pouco importa se longínquo, justificavam maior apetência para fazer favores, auxiliar em momentos difíceis, comparecer a enterros e sobretudo a casamentos, muitos dos quais ligavam dois desses indivíduos, para alegria de todos.

Além dos estrangeiros e inúmeros transeuntes que visitaram Lisboa, a cidade possuía figuras características, embora raramente a ela pertencente de direito, ou seja, por nascimento. Tratava-se de gente humilde, uma vez que as normas de educação e de estar, importadas ou adaptadas à realidade portuguesa, uniformizavam os padrões de comportamento e aspecto dos membros da aristocracia, alto clero e alguma grande burguesia.³³ Referimo-nos, a título de exemplo, aos serviçais e aos escravos, tal como ao sector marginal dos mendigos, vadios e presos. São eles que caracterizam a especificidade do viver na Lisboa de ontem. Pelo seu número, pelo trajar, pelas formas específicas de sobrevivência a que lançavam mão, pelos modos de comportamento diário.

Veja-se o caso dos criados, grupo imenso, com escassas qualificações e mal remunerado, que alguns empregadores definiam como uma «multidão de piolhentos».³⁴ A acreditar nos testemunhos, tinham mau aspecto e apresentavam-se mal penteados e vestidos.³⁵ Todas as famílias com algumas posses tinham vários empregados, já que esse facto era um sinal distintivo em termos sociais, embora minorado pela facilidade com que se tornou possível contratá-los.³⁶ Nas casas os criados eram sujeitos a uma hierarquia de tarefas rígida, cuja importância determinava o seu poder relativo. Do secretário ao mordomo, passando pelo guarda-roupa, o cozinheiro, os moços de cozinha, o confessor, o cocheiro, o pajem e o palafreireiro, os moços de mesa e os lacaios, os escudeiros, as criadas moças e graves. O grau de exigência dos senhores para com esses indivíduos, a quem mal pagavam, era reduzido.

Lisboa – Costumes Portugueses. Peixeira
in *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Lisboa*, de José Manuel da Silva Passos

Lisboa Velha – Passeio Público, Arquivo Fotográfico, colecção Eduardo Portugal, in Do Passeio à Avenida. Arquivo Municipal de Lisboa, CML



Preta que vende pelos lugares de Lisboa mexilhão
c. 1850 Biblioteca Nacional de Lisboa

Na prática trabalhavam pouco e contavam com uma série de assalariados para os serviços mais duros.³⁷ As serviçais tinham uma liberdade limitada, tal como acontecia com as suas senhoras. Até aos trinta e cinco anos não deveriam circular na rua nem ter contactos com os homens da casa onde se encontravam, depois passavam a aias e mais tarde a donas.³⁸ Os senhores eram de uma grande familiaridade com os criados e criadas de quarto, sendo comum ver-se à mesma janela patroa e criada em troca de confidências.³⁹ Por ocasião de visita formal era de boa educação inquirir os senhores da casa sobre a saúde dos domésticos de maior confiança, bem como dar e receber lembranças dos parentes a eles destinadas.⁴⁰ Os trabalhadores retribuía-m estas atenções com grande cumplicidade, compartilhando com os senhores alegrias e tristezas e testemunhando falso, se necessário, a seu favor. Não raro, diferentes gerações de serviçais trabalhavam

para uma mesma família, prática que reflectia e fomentava uma certa familiaridade.

Os escravos constituíram outro grupo com forte expressão numérica, apesar da extinção da escravatura. O total de indivíduos de origem africana terá sido empolado nas estimativas oficiais, mas importa sobretudo reter o carácter original que emprestavam às ruas de Lisboa. Nos anos sessenta de setecentos, Barette fala-nos da grande quantidade de negros de um e outro sexo, que iam enchendo este canto da Europa com uma espécie de amostras humanas chamadas «mulatos».⁴¹ Em termos gerais, eles realizavam os trabalhos mais sujos e eram marginalizados pelo povo, que à laia de insulto fingia espirrar quando por eles passavam. No entanto, em casa eram tratados de modo idêntico aos demais criados. Por vezes era-lhes concedida a liberdade, embora quase sempre em velhos, razão pela qual eram numerosos os mendigos de cor, já que só alguns

continuavam depois de libertos a servir em casa do antigo patrão. Igualmente elevado era o número de ladrões negros.⁴²

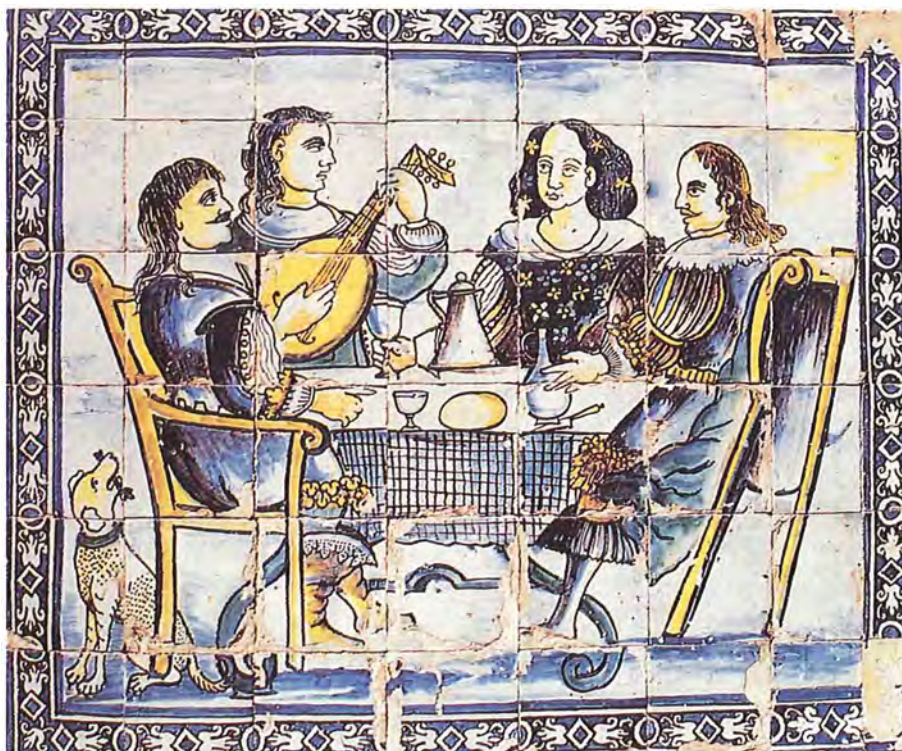
As ruas eram um verdadeiro formigueiro de pedintes. A maioria escolhia lugares fixos para se instalar, solicitando aos transeuntes moedas e uma oração por suas almas, outros entravam nas estalagens e casas de pasto. «Duma forma geral, o seu aspecto sujo e nojento contribui mais para afastar a esmola, que para a conseguir. Um médico teria ocasião de ver diversas doenças, raras e singulares, casos clínicos únicos. Muitos são estropiados e arrastam-se sem pernas, outros exibem corcundas disformes, quase todos têm feridas, um grande número é cego, ou quer-se passar por tal.»⁴³ Na sua maioria homens, viviam na rua e dormiam em buracos e nas ruínas das casas. Ninguém parecia ter escrúpulos em recorrer à prática da mendicidade, forma expedita de suprir a falta de emprego. Muitos recém-chegados contraíam o hábito de pedir esmola. Alguns tinham profissões, mas quase nenhum parecia humilhado com o tipo de vida que levava. Mas também existiam mendigos detentores de um certificado de moralidade atribuído pelas autoridades, que aceitavam todo o tipo de esmolas, trazendo mesmo um cesto para recolher dádivas em géneros.

Lisboa não dava assistência aos pobres, pelo que eles dependiam da caridade privada. A acção eclesiástica resumia-se ao fornecimento de uma sopa diária, servida à porta de alguns conventos, onde se chegavam a concentrar mais de duzentas pessoas. Os irmãos distribuíam caldeiros de sopa e pão em quantidade avultada, mas que não chegavam para suprir a falta de alimento dos homens, mulheres e crianças com fome. Alguns mosteiros e conventos prestavam também assistência médica, recebendo e tratando velhos e doentes, embora em número reduzido, pelo que a maioria dos mendigos tentava recolher-se aos hospitais públicos.⁴⁴ Os registos de entrada no

Hospital Real de Todos-os-Santos demonstram que nele se chegaram a acolher e tratar mais de doze mil indigentes.⁴⁵ Mas na Lisboa do passado, o cuidar dos indigentes acabará por ser assumido por determinados grupos sociais. As casas ricas davam esmola e sopa aos pedintes a dias certos da semana. Das janelas das casas humildes atiravam-lhes pão ou moedas.

Nada conseguia travar o aumento do número de mendigos e vagabundos, apesar das medidas tomadas contra a vagabundagem. No final de setecentos, famílias inteiras viviam em casebres miseráveis ou nas ruínas dos palácios e casas destruídas pelo terramoto, por onde vagueavam crianças esfarrapadas. Esses locais eram perigosos, porque também aí se acoitavam os malfeitores. Na realidade, os atropelos à segurança pública marcavam o dia-a-dia de certos

Painel com cena da vida quotidiana, c. 1665.
Palácio Fronteira





bairros, embora as prisões estivessem cheias. Só a Prisão do Limoeiro alojava em média quatro a cinco mil indivíduos, acusados dos mais diversos crimes. O facto do poder central não assegurar a alimentação dos presos explicava, segundo alguns, o carácter quase indiscriminado com que se processavam as detenções. As condições de existência nas cadeias eram péssimas. A palha só era renovada uma vez por ano, os dejectos humanos nunca ou raramente eram retirados das celas. Não nos surpreende, pois, que os níveis de morbilidade e mortalidade da população detida fossem elevados. As confrarias de beneficência costumaram realizar peditórios dominicais em seu favor, mas quando alguém passava junto à cadeia, os presos estendiam pequenas bolsas suspensas por um barbante através das grades ou um chapéu pendurado num pau. Ao tempo de Pina Manique, os criminosos eram justicados nos sítios onde haviam cometido as suas faltas. A força funcionava com rapidez e os cadáveres eram cortados em público, para servirem de exemplo, constituindo um momento alto na vida urbana. As cabeças eram espetadas em postes erguidos no local do crime e o espectáculo era acrescido quando se puniam quadrilhas inteiras,

como testemunhou Carrère, no final do século XVIII.⁴⁶

Grande parte da vida urbana decorria em círculos fechados, definidos por práticas, códigos e comportamentos específicos. Na realidade foram mantidas até muito tarde as distinções entre os grupos sociais que constituíam a população de Lisboa. A cada correspondia um quotidiano diverso, actividades e recursos económicos variados, locais próprios de residência, vestuário, cultura e instrução distintos, práticas religiosas, política matrimonial, familiar e formas de convívio e afectividade.

No alvorecer da modernidade é possível distinguir no espaço urbano esses grupos, residentes em bairros específicos. À medida que a cidade moderna cresceu algumas alterações vão sendo introduzidas, mas a maior parte delas será quase imperceptível. Haverá que aguardar pelo arranque económico proporcionado pela industrialização nas freguesias mais afastadas do centro da cidade, sustentado pelo contínuo afluxo de gente de todo o país, para que seja alterada a vivência quotidiana. O abandono das terras de origem e a vinda para a grande cidade anónima, a par do desenraizamento e das características

de uma nova vida, alteraram alguns comportamentos individuais básicos. Na cidade, os indivíduos de origem popular encontravam-se mais libertos dos fortes e inevitáveis constrangimentos morais do pequeno universo rural, mas sem que esse facto fosse sinónimo de devassidão, como muita literatura coeva fez crer.

É certo, porém, que as mudanças foram profundas e claramente estabeleceram diferenças entre os comportamentos sociais e afectivos das elites culturais e económicas e o resto da população. Fosso tanto maior quanto maiores as distâncias que separavam os indivíduos no interior da hierarquia social.

- ¹ Irisalva Moita, «A imagem e a vida da cidade», in *Lisboa Quinhentista. A imagem e a vida da cidade*, Lisboa, CTT, 1992, p.11. Sobre as questões relativas ao crescimento urbano ver também Iria Vicente Gonçalves, «Aspectos Económico-sociais da Lisboa do Século XV estudados a partir da propriedade régia» (in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 1, Lisboa, 1980, pp.153-204) e Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa – Esboço Geográfico*, Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, n.º 82, Lisboa, 1969. Refira-se a obra sempre actual de Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, Lisboa, 1879, 9 vols.
- ² Padre Sande, cit. por Irisalva Moita, *op. cit.*, p.19.
- ³ Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca, parte de Benfca e do Campo Grande. Qualquer delas registou aumentos muito inferiores à média geral, o que demonstra que não participavam ainda do pulsar urbano.
- ⁴ Freguesias da Pena, Anjos, São José e Santo André.
- ⁵ A. H. de Oliveira Marques, «Uma descrição de Portugal em 1578-1580», in *Nova História. Século XVI*, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, pp. 87-88.
- ⁶ José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2ªed., Lisboa, Bertrand, 1977, pp. 20, 47 e 48.
- ⁷ Teresa Rodrigues et alii, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, 2ªed, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p.16.
- ⁸ Teresa Rodrigues et alii, *op. cit.*, pp. 19-20.
- ⁹ Suzanne Chantal, *A Vida Quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. e Fernando Castelo Branco, *Lisboa Seiscentista*, 4ªed., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ¹⁰ Sobretudo por peste no século XVI, a que sucedem outras doenças igualmente contagiosas e mortíferas, como o tifo, a varíola e febres tifóides.
- ¹¹ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal...*, 2.ª ed., Lisboa, 1610.
- ¹² Teresa Rodrigues, *As Crises de mortalidade em Lisboa nos séculos XVI e XVII*, dissertação de Mestrado em Demografia Histórica e Social, FCSH-UNL, Lisboa, 1987, pp.44-51.
- ¹³ G. Baretti, *Viaggi Esposti in Lettere Familiari a suoi fratelli Filippo, Giovanie Amadeo*, Monza, 1850, p. 222; M. Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, 1803, p. 262.

- ¹⁴ Em 1605, 1608, 1611, 1617, 1644, 1653 e tantos outros.
- ¹⁵ Carl Ruders, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, Lisboa, BNL, 1981, pp. 40, 83, 227, 252.
- ¹⁶ *Idem*, p. 30.
- ¹⁷ Teresa Rodrigues et alii, *op. cit.*, p. 25.
- ¹⁸ Marquis de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France en Portugal. 1786-1788*, Paris, PUF, 1979, p. 49 e A. William Costigan, *Cartas de Portugal, 1778-1779*, Lisboa, Ática, S.d., vol. II, p. 23.
- ¹⁹ Carl Ruders, *op. cit.*, p. 122.
- ²⁰ J.B.F. Carrère, *Voyage en Portugal et Particulièrement à Lisbonne ou tableau moral, civil, politique, physique et religieux de cette capital, etc., etc.*, Paris, Deterville, 1798, p. 67.
- ²¹ Teresa Rodrigues et alii, *op. cit.*, pp.28-29.
- ²² Suzanne Chantal, *op. cit.*, pp. 250-251.
- ²³ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 243.
- ²⁴ William Beckford, *Diário de William Beckford*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1957, p. 65.
- ²⁵ *Idem*, p. 308.
- ²⁶ Suzanne Chantal, *op. cit.*, pp. 47-48.
- ²⁷ *Op. cit.*
- ²⁸ Nuno Luís Madureira, *Cidade: Espaço e Quotidiano, Lisboa 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, pp. 127 a 141.
- ²⁹ Fernando Castello-Branco, *op. cit.*, p. 47.
- ³⁰ Para os séculos XVI e XVII veja-se Teresa Rodrigues, «As estruturas populacionais», in *História de Portugal*, dirig. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. III; para o século XIX Teresa Rodrigues, *Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, mortalidade e desenvolvimento)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.
- ³¹ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 251.
- ³² Quando, durante a Guerra das Laranjas, em 1801, se pretendeu expulsá-los, o Intendente Geral da Polícia objectou, defendendo que deixaria de haver quem servisse as cidades de Lisboa e Porto, tendo sido abandonada a ideia inicial. (G. Baretti, *op.cit.*, II, p.61)
- ³³ Opinião nem sempre reiterada através das descrições feitas sobre os principais extractos da sociedade lisboeta.
- ³⁴ J.B.F. Carrère, *op. cit.*, pp. 49 e 264.
- ³⁵ William Beckford, *op. cit.*, pp. 34, 49 e 64.
- ³⁶ João Correia de Sá e Benevides possuía para o servir, a si e a sua mulher, onze criados. O mesmo acontecia com João Alvares Soares e esposa, com vinte criados, ao Duque de Cadaval, que vivia com quarenta e cinco pessoas, e ao Bispo de Viseu que, com mais quatro parentes e dois amigos tinha a servi-lo um total de vinte e seis criados.
- ³⁷ Lavadeiras, engomadeiras, aguadeiros, entre outros.
- ³⁸ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 111.
- ³⁹ Marquis de Bombelles, *op. cit.*, p. 90.
- ⁴⁰ Carl Ruders, *op. cit.*, p.123.
- ⁴¹ G. Baretti, *op. cit.*, II, p.61.
- ⁴² Carl Ruders, *op. cit.*, p.139.
- ⁴³ M. Link, *op.cit.*, I, pp. 264-265.
- ⁴⁴ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p.159.
- ⁴⁵ Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 247.
- ⁴⁶ Este último assistiu ao julgamento de uma quadrilha de vários elementos, acusados de furto, violências e roubos à mão armada (J.B.F. Carrère, *op. cit.*, pp. 252-254).